

EMENTA DE CURSO ON-LINE

- 1. Nome do curso:** Sistema de Registro de Preços no Estado de Pernambuco
- 2. Objetivo Geral:** Capacitar os servidores sobre as peculiaridades do Registro de Preços, com a utilização do sistema, bem como na instrução das solicitações de adesão, participantes e no conhecimento sobre as particularidades dos termos de referência para registro de preços, tornando-os aptos para atuar como gestores de Atas de Registro de Preços Corporativas (ARPCs).

3. Carga Horária: 20h

4. Conteúdo Programático:

Noções de Sistema de Registro de Preço: Segundo a Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e o Decreto Estadual nº 42.430/15; Aplicabilidade; Entendimentos; Doutrina e relação com outros diplomas legais.

- Conceito;
- Natureza jurídica;
- Pressupostos para adoção;
- Princípios e legislação aplicável;
- Vantagens e desvantagens;
- Discricionariedade da contratação pela Administração;
- Atribuições do órgão gerenciador;
- Intenção de Registro de Preços (obrigatoriedade, forma e vantagens para o órgão gerenciador);
- Modalidade de licitação aplicável;
- Registro de mais de um preço;
- Divulgação legal dos preços registrados;
- Adoção da LC nº 123/06 e alterações no SRP

6.2.2. Implantação Eficiente do SRP: Como planejar as licitações para formação de registro

de preços e gerenciar Atas; diferenças entre o gestor da ata e gestor do contrato: atuações e responsabilidades.

- Planejamento das licitações para formação de registro de preços;
- Diferenças no termo de referência;
- Indicação de dotação orçamentária;
- Vigência da ata e do contrato, prorrogação, restabelecimento do quantitativo;
- Alteração das quantidades informadas na Intenção de Registro de Preços;
- Negociação, revisão e reajuste;
- Hipótese de cancelamento da ata e rescisão do contrato;
- Registro de preços de serviços contínuos e obras de engenharia;
- Diferenças entre as funções de gestor da ata e de gestor do contrato: Atuação e responsabilidades.

6.2.3. O Participante e o “Carona”: Conceito e requisitos para utilização; Quem pode aderir;

Limites para a utilização; Possibilidade de um mesmo órgão contratar como participante e carona; Posicionamentos do Tribunal de Contas da União e entendimentos da Procuradoria Geral do Estado.

- Atribuições dos órgãos participantes;
- Atribuições dos órgãos não participantes;
- Quem pode aderir;
- Carona de entes de outras esferas;
- Limites de utilização do quantitativo;
- Discricionariedade da autorização para adesão;
- Possibilidade de um mesmo órgão atuar como participante e carona na mesma ARP;
- Obrigatoriedade de contratação de item registrado em Ata;
- Posicionamentos do Tribunal de Contas da União;
- Entendimentos da Procuradoria Geral do Estado.

6.2.4. Penalidades e seus Reflexos nas Contratações pelo SRP: Consequências para o fornecedor da ata no caso do descumprimento da ata e/ou do contrato; Penalidades; Responsabilidades do órgão gerenciador e do órgão participante na aplicação de penalidades e as cautelas necessárias; Possibilidades de convocação dos

remanescentes em caso de resistência do primeiro colocado.

- Decreto Estadual de penalidades;
- Penalidades e seus Reflexos nas Contratações pelo SRP segundo a lei 8.666/93;
- Consequências para o fornecedor da ata no caso do descumprimento das obrigações;
- Responsabilidades do órgão gerenciador e do órgão participante na aplicação de penalidades e as cautelas necessárias;
- Possibilidade de convocação dos remanescentes em caso de desistência do primeiro colocado;
- Apuração de responsabilidade nos casos de desistência;
- Motivos que levam à inexecução;
- Reflexos na ARP e nos contratos da penalidade de suspensão;
- Penalidade aplicada pelo “carona” e seus reflexos na ARP.

6.2.5. Adesão Eficiente:

- Apresentação do modelo Secretaria de Administração (SAD) de gerenciamento de atas;
- Diferença na formação dos processos de solicitação de autorização como participante e como "carona";
- Documentação necessária; Fluxo padrão e prazos;
- Formulários de adesão a atas SAD;
- Site SAD: Informações sobre registro de preços corporativos;
- Economia para o Estado.

6.2.6. Avaliação:

- Questionário

5. Metodologia

Metodologia de Ensino:

As aulas serão baseadas em exposições dialogadas e estudos de casos e exercícios. O curso será realizado com uso da ferramenta Microsoft Teams, uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos. O tutor e alunos estarão no mesmo horário na plataforma,

sendo a aula transmitida ao vivo e ficando também uma gravação para quem desejar assistir novamente. O aluno terá acesso a apostila também dentro da ferramenta Microsoft Teams.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem:

Ao término do curso, os alunos serão avaliados na própria ferramenta Microsoft Teams por meio de prova online com 10 (dez) questões, sendo 01 (um) ponto por questão, cuja nota mínima para aprovação do curso é 07 (sete) pontos. A primeira prova estará disponível no 1º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A segunda prova (opcional e de recuperação de nota) estará disponível no 2º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A chamada será feita no horário da aula ao vivo por meio de recursos da ferramenta Microsoft Teams

6. Bibliografia

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Brasília: 1993.

Decreto Federal 7.892/12.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Carona em Sistema de Registro de Preços: Uma Opção Inteligente para Redução de Custos e Controle. Fórum de Contratação e Gestão Pública – FCCGP. Belo Horizonte: ano 6, n. 70, out. 2007.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

LC nº 123/06 e alterações no SRP.

PERNAMBUCO. Decreto Estadual nº 42.530, de 23 de dezembro de 2015. Recife: 1998.